DIÁRIO DE BORDO

OLHAR A FLORESTA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

O CENÁRIO político conturbado em que estamos mergulhados acaba afetando a economia, como todos os analistas vêm afirmando. Investidores esperam passar a tempestade para decidir o que fazer, e tudo vai ficando adiado. O desemprego segue muito elevado, e, sem investimentos robustos, não há sinais animadores para a sua redução.

No caso do agronegócio, dois problemas seriam os mais graves: de um lado, o atraso nas votações das reformas indispensáveis para a competitividade de todos os setores produtivos, o agro inclusive; de outro lado, o Plano Safra, anunciado no dia 7 de junho passado, deveria refletir as dificuldades político-econômicas do País, mostrando números pouco alvissareiros.

No entanto, as coisas não se passaram de acordo com essa expectativa pouco otimista.



O Plano Safra foi melhor do que se esperava, até mesmo com algumas boas surpresas diante do que havia vazado dias antes.

Para começar, o volume de recursos disponibilizados foi da ordem de R$ 190,25 bilhões, cerca de 2,5% a mais do que no ano anterior. Isso fica dentro até mesmo do estipulado pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto, porque a inflação do ano anterior foi de 6,3%. Já a taxa de juros caiu, em média, 1%, menos do que se esperava. De fato, com uma inflação futura estimada em algo perto de 4% a.a., e com juros reais cabíveis para o agro em torno de 3,0% a 3,5% a.a., os juros máximos para o Plano Safra não deveriam superar 7,5% – no máximo. Ficaram acima disso para a maior parte dos programas. Mas, ficaram abaixo para programas muito importantes, como o financiamento para construção de armazéns e para investimentos em inovação tecnológica (6,5%). Já o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) – em que está inserida a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) – ficou com 7,5%, mesma taxa para médios produtores (Pronamp e Moderinfra).

O Moderfrota, outro importante elemento para investimentos, teve um aumento de recursos de R$ 5,05 bilhões, no ano passado, para R$ 9,20 bilhões, neste ano, e os juros caíram 1% também.

A frustração ficou por conta do seguro rural, embora o dinheiro para subvenção tenha crescido, chegando a R$ 550 milhões. E ainda é pouco.

O seguro precisa ser entendido de acordo com um conceito que está claro nos países desenvolvidos e ainda claudica nos emergentes: garantir a estabilidade de renda dos produtores rurais é o único meio de garantir que estes continuem na atividade. E isso representa garantia de produção de alimentos para evitar a fome. Em outras palavras, a estabilidade da atividade produtiva interessa aos consumidores. Por isso, os governos preocupam-se em atender os agricultores: se faltar comida, não haverá tranquilidade e os governos acabarão caindo, visto que a imensa maioria dos eleitores é consumidora.

Eis porque o seguro é tão importante e deve ser acoplado ao crédito rural e a preços de garantia. E o seguro tem que cobrir não apenas as intempéries climáticas, mas também a oscilação dos preços. Temos que caminhar nessa direção.

Mas, como disse o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, nessa atual crise terrível temos que olhar a floresta toda, e não apenas a árvore.

Resta torcer para que as coisas melhorem logo. ■